

tanto carece o Brasil precisa ser melhor explorada, com incalculáveis proveitos econômicos para o nosso povo.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Antônio Moreira.

O SR. ANTONIO MOREIRA (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, no município de Neves Paulista, por mim visitado na semana passada, está instalada a Casa da Criança, estabelecimento que tem a finalidade primordial de promover a assistência à infância subnutrida e desvalida daquela região do Estado de São Paulo.

Fundada há três anos, a Casa da Criança, de Neves Paulista, desenvolvendo extenso programa de ação e contando tão-somente com poucos recursos financeiros, já conseguiu salvar e recuperar mais de mil crianças que se encontravam em assustador estado de subnutrição.

Fuemos constatar, na visita que fizemos àquele estabelecimento, do quanto lutam seus dirigentes com a falta de elementos indispensáveis para promover o atendimento às suas nobres finalidades, porquanto é deveras avultado o número de pessoas que para ali demandam, ansiosas por dar a seus filhos aquela assistência que, infelizmente, impossibilitadas estão de realizar às suas expensas.

Afluem, constantemente para a Casa da Criança de Neves Paulista, numerosas crianças necessitadas de receber cuidados e orientação médica.

O desvelo de seus dirigentes, no entanto, não pode suprir a carência de meios financeiros, e feliz seria a humanidade se tal em realidade se tornasse.

Sra. Presidente e Srs. deputados, pude sentir de perto, nessa visita que fiz à Casa da Criança de Neves Paulista, o quanto esperam aqueles sofredores pais de nossa atuação neste Parlamento em prol da solução de seus problemas capitais, mormente para questões como a que acabo de referir.

Com o olhar posto naqueles que os atendiam, dando-lhes conforto às mazelas da vida e aos males que aos filhos atingiam, como que de nós, deputados, também esperam, com ansiedade incontrolada, providências últimas e rápidas à solução desse problema de larga envergadura, qual seja o do amparo à nossa infância desvalida.

Nestas condições, Srs. Presidente e nobres parlamentares, valemo-nos da oportunidade, para formular a S. Exa., o Sr. Governador do Estado, um apelo e veemente, no sentido de que S. Exa. consigne um auxílio de 500 mil cruzeiros destinado à Casa da Criança de Neves Paulista, a fim de que essa instituição possa melhor atender a todos quantos, diariamente, batem às suas portas.

Após terminar, desejo também deixar consignado nos Anais o quanto a direção desse estabelecimento de assistência à infância desvalida tem realizado em prol da população infantil de Neves Paulista e de cidades circunvizinhas. Sem dúvida nenhuma, Sra. Presidente e Srs. deputados, o exemplo do Dr. Célio G. Pereira e Milton Pagliarini, presidente e vice-presidente daquela instituição, dá-nos ensejo a que nos ufanemos de possuir em nossa terra, homens que se alinham a seus afazeres particulares para contribuir com seus esforços no sentido de dar à infância desvalida um pouco do muito que ela nos merece.

Era, Sra. Presidente o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado João Hornos Filho. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Jorge Nicolau.

O SR. JORGE NICOLAU — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, e Srs. deputados, continua na ordem do dia, agitando o noticiário de toda a imprensa do mundo, a questão surgida com o avião norte-americano abatido quando sobrevoava território da União Soviética. As enfáticas acusações formuladas pelo Primeiro Ministro Nikita Krutchev, da tribuna do Parlamento russo, causaram profunda repercussão em todos os países. Foram exibidas fotografias, comprovantes de atividades ilegais que o aparelho realizava em sua excursão. O piloto norte-americano, que sobreviveu ao derrubamento do seu aparelho, aprisionado, foi encontrado com mapas de bases e pontos estratégicos militares russos. Ficou, portanto, provado o objetivo da incursão. Seu escopo principal foi o da espionagem. O flagrante foi de tal forma contundente que, ao final, os círculos dirigentes norte-americanos acabaram confessando a brutalidade da ação.

Srs. deputados, não queremos entrar no mérito desta questão. Ela deve ser motivo de debates e explicações entre os dois países interessados. É um problema que deve ser solucionado entre os Estados Unidos e a União Soviética. Entretanto, cabe lembrar que a atitude inamistosa dos norte-americanos foi levada a efeito exatamente quando todo o mundo aguarda, em vésperas, a Conferência de Cúpula, como o meio mais sadio de uma imediata compreensão internacional.

O gesto dos Estados Unidos foi, inegavelmente, decepcionante e por demais culposos. Porém, o que mais estremeceu a opinião pública mundial, nesta aventura belicosa, foram as declarações do Secretário de Estado, Sr. Herter, confessando que aviões norte-americanos, há vários anos, vêm efetuando vôos para obter informações ao longo das fronteiras do mundo livre. Isto quer dizer, Srs. deputados, que os Estados Unidos têm espionagem organizada até mesmo nos países que consideram seus amigos. A nós, brasileiros, não pode escapar esta insidiosa declaração, quando sabemos da existência, em nosso país, de bases militares norte-americanas, como é a de Fernando de Noronha. Consideramos, Sra. deputados, altamente criminosa uma política assim, baseada na perfídia e na desonestidade diplomática. O incidente com o avião norte-americano na União Soviética vem provar, exaustivamente, de onde têm partido, nestes últimos anos, os principais fatores da "guerra fria". Desta forma, ficam, também, plenamente justificadas todas as atividades dos nacionalistas brasileiros, ao exigirem uma política independente do nosso país, no âmbito das relações internacionais. Não podemos e não devemos ser caudatários de país algum do mundo. Desejamos, isto sim, relações as mais expressivas com todos, mas dentro do devido respeito à nossa soberania e à nossa independência. Respeitamos a autodeterminação dos outros povos, como queremos que respeitem a nossa. Foi uma grande lição essa, para o povo brasileiro, da aventura imbecil do TU2, dos Estados Unidos, contra a União Soviética. Ao Brasil, cabe aprová-la.

Era o que tínhamos a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco. O SR. CID FRANCO — (Sem revisão do orador) — Sra. deputados, este é o meu primeiro discurso denunciando o Sr. Prof. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, homem rico, proprietário de um grande prédio de apartamentos na Rua dos Andradas, fazendeiro, milionário, político dos mais conservadores, que coloca na Secretaria da Educação um comerciante riquíssimo, confeccionador de roupas feitas. Este é o primeiro discurso em que denuncio o atual governador do Estado como protetor dos proprietários de cursos de madurez particulares. S. Exa., vetando o projeto de minha autoria, de criação de cursos de madurez oficiais, e, portanto, gratuitos, está protegendo os comerciantes desse setor do ensino; (muito bem); está protegendo, como bom capitalista que é, como defensor da iniciativa privada que é, está protegendo os interesses comerciais dos donos de cursos de madurez particulares. (Muito bem!).

(Assume a Presidência o Sr. Abreu Sodré).

Foi vetado o meu projeto. Este é o primeiro discurso que pronuncio sobre o assunto. A esta tribuna voltarei muitas vezes em defesa da minha tese.

Outro assunto, Srs. deputados: encaminho à Mesa indicação nos seguintes termos:

"Senhor Presidente,

Indico ao Sr. Governador do Estado a conveniência de estudar a situação de desigualdade em que se encontram, em face de outras carreiras do funcionalismo, os dentistas extranumerários.

Escreve-me um desses servidores:

"O que pretendo assinalar a V. Exa. é que somente os dentistas extranumerários do Estado não são equiparados aos seus colegas, ocupantes dos cargos de provimento efetivo correspondentes. Em todas as demais carreiras do funcionalismo público estadual, pelo menos para efeito de percepção de vencimentos, existe a equiparação entre extranumerários, efetivos, interinos, etc.. No grupo escolar em que exerço minhas funções existem três serventes, sendo um efetivo e dois extranumerários diaristas. Pois bem, os três serventes recebem os mesmos vencimentos. No posto de saúde e no posto de puericultura locais funcionam dois médicos, ambos não efetivos; entretanto, recebem os mesmos vencimentos de outros médicos efetivos. Assim, em todos os níveis do funcionalismo público extranumerários têm os mesmos vencimentos dos funcionários efetivos. Somente com os dentistas extranumerários não se dá esse fato".

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere o requerimento de V. Exa.

Tem a palavra o nobre deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, o trabalho da comissão parlamentar que apura fatos concernentes ao mercado do óleo comestível e procura fixar as responsabilidades pelo tráfico do óleo impréstevel ao consumo, encontrou repercussão nacional. Deputados federais se agitam para solicitar e requerer à câmara alta deste país comissão parlamentar de Inquérito federal. Assim se expressou em entrevista para jornais desta cidade o deputado Miguel Leuz. Amanhã, Srs. deputados, reunire-se o Conselho Nacional de Saúde Pública a propósito de com fundamento nas denúncias veiculadas pela comissão parlamentar de deputados paulistas.

Desejo, Srs. deputados, salientar desta tribuna que a luta da Comissão parlamentar prossegue. Estou encaminhando, como presidente, com as assinaturas dos nobres deputados Gustavo Martini, Onofre Gosuen e Carlos Kherikien, ofício ao Sr. Secretário da Saúde e ao Sr. Secretário da Fazenda para que S. Exas. determinem um convênio, a fim de que os postos de fiscalização exis-

tentes nas estradas e que objetivam a fiscalização de notas fiscais, exijam o certificado de saúde que deve ser emitido pelo fornecedor do óleo comestível que vem para São Paulo.

Além disso, que o certificado de saúde seja encaminhado à Secretaria dos Negócios da Saúde Pública do Estado de São Paulo, a fim de que possa a Secretaria fazer o controle no tocante à quantidade e à qualidade do óleo comestível que vem de outros Estados para o nosso.

E ainda, que o Sr. Secretário da Fazenda encaminhe à Comissão parlamentar de Inquérito as quartas vias das notas fiscais, para que a comissão parlamentar possa ajeitar no tocante aos preços de importação.

Sr. Presidente, Srs. deputados, estas providências eu entendo fundamentais para que debalemos de uma vez por todas a entrada de óleo impréstevel, feita clandestinamente, e que está prejudicando a saúde do povo de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Pedro Paschoal.

O SR. PEDRO PASCHOAL — Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, estamos recebendo de Cananéia, de Armando Lisboa da Veiga, exator naquela cidade, carta relacionada com o discurso que pronunciamos nesta Casa em defesa daquela classe. Também de Cafelândia recebemos de Lázaro Teixeira da Costa, Celso Martins Parreira e Alberto Miguel, mensagem de congratulações pela campanha que estamos fazendo nesta Casa em favor dos exatores. Como já dissemos, e não cansamos de repetir a classe até 1940 tinha proeminência que o Estado reconhecia. Entretanto, em vinte anos, se os fiscais de rendas foram aumentados 103 vezes, os exatores injustificados o foram apenas 8. Estamos, portanto, ao lado de outros deputados da bancada situacionista lutando pela melhora dos vencimentos dos exatores, sendo certo que o Sr. Secretário da Fazenda já se manifestou favorável a esta justíssima reivindicação. Prosseguiremos lutando, portanto.

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. a transcrição, nos Anais, das cartas que mencionei.

(N. da T. — Os documentos a que se refere o orador vão publicados no final da sessão).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Athé Jorge Coury

O SR. ATHÉ JORGE COURY — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente Srs. deputados, continua o I. B. C. estudando o novo regulamento de embarques para a safra de 60-61. Continua o I. B. C. estudando também a parte que toca à política financeira para a safra de 60-61. Sr. Presidente, a situação da praça de Santos é a mesma daqueles que trabalham em café quer o corretor quer o comissário, quer o exportador, quer o fazendeiro. Continuar a paralisação geral.

Sabe-se que foi feito um negócio de um milhão de cruzeiros com a firma General Fuchs, da América do Norte. Propalava-se que, por ocasião do embarque do ilustre presidente do I. B. C., Dr. Renato Costa Lima grande obração de café será feita com aquele governo, no valor de seis milhões de sacas. Ora, a praça de Santos é o termômetro da situação econômica do País, porque por ali escoam toda a safra de São Paulo e grande parte da do Paraná. Esta praça está de braços cruzados e há quatro meses não entra um saco de café para as firmas particulares; somente o Estado e a União têm prioridade para fazer os negócios. Com a realização desse negócio de um milhão de sacas de café e com o boato desse negócio, de seis milhões de sacas com o governo dos Estados Unidos da América do Norte a situação vai piorar ainda mais.

O que precisamos Sr. Presidente, e aí vai o nosso apelo, é que o Instituto Brasileiro do Café esclareça qual é a situação financeira do ano de 1961 e resolva, também, definitivamente, o novo regulamento de embarque dos anos de 1960 e 1961.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Domingos Lott Neto.

O SR. EDUARDO BARNABÉ — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, infelizmente, o Governo Federal não vem cumprindo sérios compromissos financeiros que assumiu, e pelos quais deve necessariamente responder perante o tribunal da opinião pública. Não se ignora que são elevados os seus débitos para com a Previdência Social, para com os aposentados e para com outras instituições de que dependem a sobrevivência dos trabalhadores.

Mais um caso se acrescenta agora aos já conhecidos, qual seja o da Contadoria Geral dos Transportes, também designada pela sigla de C.G.T. Foi ela criada para resolver os problemas de conferência, arrecadação e distribuição de fretes dos despachos, em tráfego mútuo, entre duas ou mais estradas de ferro.

De um modo geral, as estradas que servem as grandes cidades e os portos são as que arrecadam mais fretes, tornando-se devedoras da C.G.T.

A Companhia Mogiana pela sua situação geográfica fica situada entre cinco estradas, não atingindo capitais nem porto. Por isso, é sempre das maiores credoras da C.G.T. sendo da ordem de 16 milhões o seu saldo mensal.

Acontece, Sr. Presidente e nobres deputados, que algumas empresas do grupo da Rede Ferroviária Federal S.A. não têm salgado os seus débitos na C.G.T. Assim, esta se vê impossibilitada de pagar as estradas credoras, o que vem criando situações muito embaraçosas. Cita-se precisamente, como exemplo, o caso da Companhia Mogiana, cujo saldo até o fim do mês de março era de mais de 99 milhões de cruzeiros. Ora, se somarmos esta dívida com a verificada em abril teremos um total que ultrapassa a cifra respeitável de 115 milhões de cruzeiros.

Desta tribuna dirijo veemente apelo ao Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, ao Sr. Ministro da Viação e aos Srs. Diretores da Rede Ferroviária Federal S.A., no sentido de que tomem imediatas e energéticas providências a fim de sanar esta situação irregular e condenável, pois, a permanecer como está, a Mogiana será compelida a atrasar sobremaneira o pagamento de salários e vencimentos dos seus empregados.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. LUCIANO LEPERA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, faço minhas as palavras do nobre deputado Cid Franco, porque não admito que o Estado, através do atual Governador, veto projeto de lei como aquele, de autoria do nobre representante socialista, em favor do curso de madurez gratuito para todos aqueles que trabalham durante o dia e querem ter também a possibilidade de estudar.

Não se poderia esperar mesmo outra atitude do atual Governador, porque S. Exa. é, de fato, um capitalista e, no Governo, trata de defender seus interesses de classe, eis que ao capitalismo não interessa que nossa juventude, particularmente a proletária, tenha o direito e a possibilidade de estudo.

Feito este protesto, quero encaminhar ao Sr. Presidente um ofício que tenho em mãos, que procede de Santa Fé do Sul, endereçado ao Presidente da Assembleia Legislativa, por intermédio dos deputados Luciano Lepera, Farabulini Júnior, Juvenal Rodrigues de Moraes, Rocha Mendes Filho e outros. Trata-se de documento importante, ao qual se encontram anexos documentos também importantes, dizendo da luta em que Santa Fé do Sul continua, uma vez que 650 famílias de arrendatários prosseguem com seus direitos espezinhados por um único latifundiário.

Requeiro a V. Exa. a transcrição destes documentos no "Diário da Assembleia", a fim de que o povo tome conhecimento de que o Governador Carvalho Pinto, que se fez representar na última reunião realizada naquele município, até agora não cumpriu com sua obrigação.

No próximo dia 15 haverá outra reunião, e a Associação de Lavradores de Santa Fé do Sul está convidando os deputados em geral e particularmente representantes do Executivo, para que ali compareçam, a fim de constatar "in loco" como um único fazendeiro, desrespeitando todas as leis do país, sacrifica 650 famílias de arrendatários, impedindo que colham arroz e feijão.

Perguntamos mais uma vez a certas autoridades: elas acham que o povo quer comer capim, ou acham que o povo deve comer arroz e feijão? Naquele município existe apenas plantação de capim, e o fazendeiro impede que os arrendatários colham o arroz e feijão.

(N. da T.) — Os documentos a que se refere o orador vão publicados no final da sessão).

O SR. PRESIDENTE — O tempo regimental de V. Exa. está esgotado. A Presidência defere o pedido de V. Exa., e providenciará a publicação dos documentos referidos. Tem a palavra o nobre deputado Pinheiro Júnior.

O SR. PINHEIRO JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, um dos problemas que atualmente cruciam a população paulistana é, sem dúvida nenhuma, o da falta de aparelhos telefônicos. Sabem meus nobres pares que, atualmente, são formulados cerca de trinta mil pedidos de instalação de telefones à Cia. Telefônica Brasileira, sendo que, até esta data, recebeu essa mesma companhia nada menos do que 210 mil solicitações nesse sentido e que ainda aguardam atendimento.

Por outro lado, segundo notícias divulgadas pela nossa imprensa, o Governo Federal decidiu criar novo órgão, que objetivará exatamente supervi-